PAUTA
PARA A 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 29 DE MAIO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 352, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Engenheiro Wlastermiler de Senço" ao túnel (TD 01) localizado no km 45,600 da Via Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 353, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Casa de Apoio Nosso Canto", em Braúna.

3 - Projeto de lei nº 354, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), de Santo André.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Revoga o inciso III do artigo 149 da Lei Complementar nº 180, de 1978 e o inciso III do artigo 10 da Lei nº 452, de 1974, que dispõem sobre a perda da condição de beneficiário ou dependente em virtude de matrimônio ou constituição de união estável.

2 - Projeto de lei nº 346, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Fisioterapia - FISIO", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 347, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Autoriza o Poder Executivo a promover concurso interno de provas e títulos

dentre os Soldados Policiais Militares Temporários visando sua nomeação para o cargo inicial de Praças da Polícia Militar.

4 - Projeto de lei nº 348, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores do Jardim Vera Cruz", em Monte Alto.

5 - Projeto de lei nº 349, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência ao Adolescente de Brodowski", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 350, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Projeto Criança Feliz", em Ribeirão Preto.

7 - Projeto de lei nº 351, de 2012, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 340, de 2012, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Cria os "Centros de Proteção e Assistência Integral à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual - CEPAIs".

2 - Projeto de lei nº 341, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação Vau de Jaboque", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 342, de 2012, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães.

4 - Projeto de lei nº 343, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o uso de símbolos oficiais do Estado.

5 - Projeto de lei nº 344, de 2012, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Dispõe sobre restabelecimento da condição de contribuinte do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE de servidores aposentados e pensionistas.

6 - Projeto de lei nº 345, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar Depósitos Públicos para guarda e

armazenamento de objetos apreendidos vinculados a processos judiciais.

7 - Moção nº 43, de 2012, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o PL nº 1631, de 2011, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 339, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Arte, Cultura e Esporte de Ribeirão Preto - AACE", naquele Município.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 331, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia em todas as unidades de saúde públicas do Estado.

2 - Projeto de lei nº 332, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Cria a Reserva Biológica da Serra do Japi.

3 - Projeto de lei nº 333, de 2012, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Proíbe o lançamento direto nos rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado de efluentes que, resultantes de processo industrial, contenham corantes em sua composição.

4 - Projeto de lei nº 334, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores dos Bairros Indústria, Amambi, Paulista Independência e Vargas - ABIAPI", em Tupã.

5 - Projeto de lei nº 335, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Proíbe a guarda e o armazenamento de armas e munições referentes a processos judiciais no interior dos prédios dos fóruns no Estado.

6 - Projeto de lei nº 336, de 2012, de autoria do deputado Sebastião Santos. Torna obrigatória a exibição de filme publicitário de advertência contra a pedofilia e ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes antes das sessões nos cinemas do Estado.

7 - Projeto de lei nº 337, de 2012, de autoria do deputado Rafael Silva. Altera o artigo 1º da Lei nº 11.241/2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açucar.

8 - Projeto de lei nº 338, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção tributária para a aquisição de veículos automotores para uso no transporte escolar, nos termos da Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

9 - Moção nº 41, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Aplaude o escritor Luiz Antonio Cardoso, o jornalista Antonio Barbosa Filho, a escritora Karina Pereira, o escritor Oswaldo Crisante e o romancista Nicodemos Sena, fundadores do Núcleo da UBE - União Brasileira de Escritores no Vale do Paraíba, que tem como missão discutir políticas culturais que atendam os interesses da categoria e representá-los em todas as manifestações literárias, em poesia e prosa, nas 39 cidades do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte do Estado.

10 - Moção nº 42, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei n. 2263/2011, que dispõe sobre o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 3, de 2012, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Mauro Bragato e outros. Acrescenta inciso VIII ao artigo 180, que dispõe sobre diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 829, de 2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o Dia Estadual do Engenheiro de Segurança do Trabalho.

2 - Projeto de lei nº 979, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Institui o "Dia do Cabeleireiro".

3 - Projeto de lei nº 109, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual do Profissional Socorrista e Emergencista".

4 - Moção nº 31, de 2011, de autoria do deputado Adriano Diogo. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que encaminhe projeto de lei complementar que inclua os companheiros ou companheiras na constância da união homoafetiva como dependentes dos servidores policiais militares, para fins de recebimento de pensão.

5 - Moção nº 79, de 2011, de autoria do deputado André do Prado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, que dispõe sobre a exigência de diploma de curso superior de comunicação social como habilitação para o exercício da profissão de jornalista.

6 - Moção nº 99, de 2011, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 300, de 2008, dando nova redação ao § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, seja aprovada com urgência.

7 - Moção nº 128, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido da rápida deliberação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 457, de 2005, que estabelece a idade de 75 anos para a aposentadoria compulsória do servidor público.

8 - Moção nº 129, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, no sentido de que empreendam os esforços necessários com vistas à rejeição do PLS nº 434/2011, que altera a Lei nº 7.183, de 1984, modificando e ampliando a jornada diária de trabalho do aeronauta.

9 - Moção nº 134, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6042, de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Podólogo, seja aprovado.

10 - Moção nº 138, de 2011, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação dos Projetos de Lei nº 1033/2003, 4436/2008 e 6113/2009, que dispõem sobre o adicional de periculosidade aos vigilantes, sejam apreciados e aprovados com a máxima brevidade possível.

11 - Moção nº 143, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que empreendam os esforços necessários para aprovação do Projeto de Lei nº 4622, de 2004, que trata da fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho.

12 - Moção nº 5, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 5346, de 2009, que regulamenta a profissão de educador social.

13 - Moção nº 16, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que promovam com a urgência que a matéria requer a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que acrescenta o § 3º ao artigo 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres.

14 - Moção nº 23, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Previdência Social a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis para que seja instalada uma Agência da Previdência Social (APS) no Município de Brodowski.

15 - Moção nº 24, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Protesta contra a demissão dos funcionários integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA pela empresa Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, que no exercício de suas funções relataram os erros e

problemas no ambiente de trabalho.

16 - Moção nº 25, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a priorização do Projeto de Lei nº 2295/2000, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho dos emfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

2ª Sessão

Projeto de decreto legislativo nº 79, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC 17576/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Educação, pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1200, de 2011, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Comunitária Pró-Morato", em Francisco Morato.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 68, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TC-36887/026/99, que considerou irregulares a licitação, o contrato e os termos de aditamento, alteração e encerramento celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Erevan Engenharia S.A..

3 - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC 006466/026/06, que julgou irregular a Licitação, modalidade Pregão Presencial, nº 10, de 2004, e o Contrato de 21/03/05 firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura - Divisão de Administração e a empresa Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-17617/026/05, que julgou irregulares a Concorrência Pública nº 8, de 2004, e o Contrato nº 13.676-1, firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-028207/026/99, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Souza Galasso Engenharia e Construções Ltda.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC - 062096/026/90, que julgou irregulares o 11º, 12º e 13º Termos Aditivos e o Termo de Transação e Quitação Geral relativos a contrato celebrado entre a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 18, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-1973/026/2007, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Construmedici Engenharia e Comércio Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 21, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-17187/026/2003, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Tecsel Construções e Comércio Ltda.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 22, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 020212/026/04, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo de aditamento celebrados entre o Banco Nossa Caixa S/A e a Affair System Telecomunicações Ltda.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 24, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC 029818/026/2003, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a CAL Empreendimentos e Participações Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Susta o contrato celebrado em 2004 entre a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo e a TCI File Tecnologia do Conhecimento e da Informática Ltda., para execução de serviços de gerenciamento seguro de documentos e informações.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 44, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC- 212/006/05, sobre a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto e a Sedexho Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 46, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 30639/026/04, que julgou irregulares a licitação, na modalidade pregão, e o contrato celebrado entre a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP e a Ticket Serviços S.A.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 55, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Susta o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Interativa Service Ltda., face às decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que julgaram irregulares a licitação sob a modalidade pregão, o decorrente contrato e os termos aditivos e ilegais os atos determinativos das despesas (TC nº 1182/026/06).

15 - Projeto de decreto legislativo nº 56, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TC- 38289/026/06, que considerou irregular o contrato celebrado entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP e a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda. - EMBRATEC.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado referente ao Processo TC - 013516/026/2002, que julgou irregular o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Consórcio Mitto Planova.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 87, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 24022/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Consórcio Concremat - Cobrape I.

18 - Moção nº 15, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que sejam tomadas providências no sentido de incluir nos parágrafos 2º e 3º do artigo 2º, artigo 3º, artigo 3º-A, artigo 3º-B, artigo 3º-C e demais dispositivos cabíveis da Lei nº 9294/96, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas", restrições à propaganda e uso de bebidas alcoólicas.